IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade
V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

ASSISTÊNCIA E PERMANÊNCIA PARA AS PESSOAS LGBTQIAPN+ EM UMA UNIVERSIDADE ESTADUAL BAIANA – UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Eixo Temático 52 – GÊNERO E SEXUALIDADE EM FOCO: INTERSECCIONALIDADE E DESAFIOS DE POPULAÇÕES MARGINALIZADAS E ESTIGMATIZADAS

Lívia Arcanjo Oliveira [1]
Ana Luiza Cunha Salgado [2]

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar como as políticas de permanência e assistência da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Vitória da Conquista, tem amenizado, ou não, as vulnerabilidades – em diversas dimensões - da comunidade discente LGBTQIAPN+. A relevância do trabalho consiste, inicialmente, em sua originalidade, visto que não se tem pesquisado e nem produzido material sobre a permanência de pessoas LGBTQIAPN+ nas universidades públicas da Bahia também, pela relevância social do tema e pela possibilidade de que a pesquisa forneça subsídios que possam fomentar políticas integrais de acesso, assistência, inclusão e permanência. Em 2023, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe/UESB, por meio da Resolução nº 50/2023 nos seus artigos 1 e 2, prorrogou a vigência dos Programas de Assistência e Permanência, além de instituir vagas adicionais para pessoas trans e travestis, como tentativa de viabilizar o acesso ao ensino superior a um grupo marginalizado por todo o estigma que recai sob a comunidade LGBTQIAPN+. A partir do método de revisão bibliográfica discutimos, pela ótica histórico-social, as contradições sociais que reverberam numa luta de classes no qual se reforça estigmas e processos de exclusão. Aparentemente, as políticas de assistência e permanência tem se mostrado ineficientes, posto que a partir dos editais burocráticos e as justificativas que recaem nas limitações orçamentárias da instituição, as vulnerabilidades têm sido acentuadas dentro da própria vida universitária.

Palavras-chave: LGBTQIAPN+; Universidade Pública; Políticas Educacionais; Assistência e Permanência.

[1] Bacharel em Direito pela UniFTC e Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), livia.arcanjoo@gmail.com
[2] Professora Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Doutora em Educação (UFScar), Mestra em Educação(UFV) e Pedagoga (UFV), ana.luiza@uesb.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente estudo[3] investiga as políticas de permanência e assistência da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), no campus de Vitória da Conquista, com foco nas vulnerabilidades que afetam a comunidade discente LGBTQIAPN+[4]. A temática central do trabalho reside na análise crítica da implementação dessas políticas, especialmente no que tange ao apoio a estes estudantes, grupo historicamente marginalizado e exposto a diversas formas de exclusão.

Em um contexto no qual as universidades brasileiras têm buscado ampliar o acesso e a permanência no ensino superior por meio das políticas educacionais conquistadas há mais de duas décadas, esta pesquisa reflete sobre como as políticas da UESB podem ser, ou não, instrumento para reduzir as vulnerabilidades dos discentes LGBTQIAPN+ e de quais as limitações institucionais e estruturais que se tornam obstáculos para sua efetivação.

O objetivo principal deste estudo, a priori, é discutir e refletir sobre o alcance das atuais ações afirmativas disponíveis na instituição da UESB no campus de Vitória da Conquista, a partir da percepção dos estudantes-alvo. Especificamente, busca-se compreender a eficácia dessas políticas na mitigação das dificuldades enfrentadas por essa população no acesso e na permanência no ensino superior.

A discussão teórica deste trabalho se baseia em uma abordagem histórico-social realizando a revisão bibliográfica de conceitos como: gênero, políticas públicas, políticas sociais e políticas educacionais e das atuais políticas para a comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil e, especificamente, na UESB. Esse referencial teórico permite analisar o avanço das políticas públicas no geral e como elas reverberam em grupos específicos.

---

[3] Este estudo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Análise das Políticas Públicas de Assistência e Permanência para as Pessoas LGBTQIAPN+ na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia do Campus de Vitória da Conquista.

[4] A sigla LGBTQIAPN+ é utilizada para representar a diversidade de orientações sexuais, identidades de gênero e expressões de gênero, sendo L para lésbicas, G para gays, B para bissexuais, T para pessoas trans, Q para queer, I para intersexo, A para assexuais/arromânticos/agênero, N para não-binários e + outras identidades.

A literatura existente sobre políticas de assistência estudantil tem demonstrado que, embora existam avanços na formulação de programas voltados à inclusão social via Educação, a implementação efetiva dessas políticas frequentemente esbarra em barreiras burocráticas e orçamentárias que dificultam a sua eficácia. No caso específico das pessoas LGBTQIAPN+, a academia tem sido historicamente um espaço de exclusão e marginalização pela ausência de um planejamento estatal para a comunidade, conforme aponta Barbosa e Clark (2017).

No entanto, com a recente criação de políticas como a Resolução nº 50/2023 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe/UESB), que institui vagas adicionais para pessoas trans e travestis, há um movimento em direção à visibilidade e inclusão desse público. A análise das políticas de assistência e permanência à luz dessas questões permite entender melhor as práticas institucionais, os impactos sociais dessas ações e os possíveis efeitos de uma abordagem mais inclusiva e de acolhimento

A metodologia adotada neste estudo envolve uma abordagem qualitativa e quantitativa, com base na revisão bibliográfica e documental. A revisão bibliográfica busca oferecer uma visão geral das pesquisas existentes sobre políticas de permanência e assistência em universidades públicas, com ênfase na inclusão de estudantes LGBTQIAPN+. A revisão documental analisa os normativos e resoluções internas da UESB, especialmente a Resolução nº 50/2023, para compreender a estrutura e as intenções das políticas institucionais.

A discussão teórica deste trabalho se baseia em uma abordagem histórico-social[5] por meio da revisão bibliográfica de conceitos como gênero, políticas públicas, políticas sociais e políticas educacionais, além da análise das políticas voltadas para a comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil e, especificamente, na UESB. Este referencial teórico possibilita compreender os avanços das políticas públicas de forma ampla e seus impactos em grupos sociais específicos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os problemas de gênero e o sistema binário colonizador

[5] Para Karl Marx, a abordagem histórico-social é compreender a sociedade a partir do seu contexto histórico levando em consideração outros pontos como economia e estrutura social, além de romper com a visão idealista, a partir da moral, e propor uma análise materialista e dialética das condições sociais.

Ao compreender o gênero como uma estrutura do processo de colonização que atinge os corpos, além das mais variadas formas de opressão e dominação que são vivenciadas juntamente com as opressões de raça, classe, sexualidade e até mesmo se estendendo para a seara do sistema econômico capitalista, permite que várias teorias sejam alocadas e aproveitadas, além de evidenciar que a colonização não impacta somente na raça, mas também no gênero e na classe (Costa, 2012).

O resultado deste debate que será evidenciado posteriormente é que, apesar das principais teorias utilizadas aqui possuírem abordagens diferentes sobre o conceito de gênero, todas partem da mesma premissa de que gênero é uma construção social, além de que o gênero não deve ser analisado isoladamente, devendo levar em consideração as estruturas de poder e outros mecanismos de construção da identidade.

Para Lugones (2014), a colonização da mulher não findou no parâmetro da raça, mas se estendeu no âmbito dos códigos sociais de gênero ocidentais, isto porque, até mesmo a construção do papel da mulher, "*não se nasce mulher, torna-se"* parte do ponto de vista do feminismo branco. Logo, a compreensão do feminino nas correntes feministas tradicionais não serviria às mulheres negras, latino-americanas e caribenhas, dado o processo de colonização que não apenas atravessa pela raça, mas também subalterniza as mulheres e indivíduos que não performam a heterossexualidade. Assim, a análise não pode ser feita separando tais categorias: descolonizar significa pensar raça, gênero e geografia sendo inseparável da interseccionalidade.

Nesse entendimento, Lélia Gonzalez (2019) dialoga com as ideias de Lugones sobre os problemas de gênero e a formação da identidade da mulher negra no Brasil. Entender o estereótipo como uma ação de exclusão permite aprofundar o debate da construção da mulher na sociedade brasileira. Para a autora, é necessário compreender como a categoria do gênero se relaciona com a classe e a raça para além das teorias feministas tradicionais, principalmente as essencialistas. Cabe destacar que Lélia Gonzalez se posiciona de maneira bastante crítica em relação ao Movimento Negro Unificado - MNU

O problema de gênero tratado por Judith Butler (2003) aduz que as categorias de identidade na lógica heteronormativa servem propositalmente para manter a as relações de poder ao definir os papéis sociais do que é feminino e masculino. Ou seja, ao definir o que é ser mulher de acordo com as exigências do sistema hegemônico sempre excluirá algum sujeito. Portanto, não basta entender as identidades, mas, principalmente, os

processos de dominação culturais, sociais e econômicos que criariam as identidades e as manutenções das relações de poder entre eles.

Judith Butler (2003) em conformidade com o que já fora exposto por Foucault evidencia que os mecanismos de poder são ações em diversas direções nas instituições inseridos em uma estrutura social manifestados não somente através da repressão, mas também induzem a comportamentos disciplinados que mantém a estrutura de dominação. Vale destacar que ao tratar do gênero, a discussão se direciona muito para corpos femininos, identidades e performances ditas femininas a partir da compreensão binária dos gêneros. Isso se deve ao fato de que ao limitar o gênero ao sistema binário, restará ao gênero feminino as imposições, submissões e explorações que interseccionam também pela classe e raça. As noções de identidade e do próprio sujeito são dependentes do local de onde se questiona. Em outras palavras: é preciso deslocar o sujeito mulher quando tratamos feminismo para realizar transformações políticas.

Para Souza (2023), os estudos feministas na primeira onda feminista impulsionaram os estudos de gênero que aprofundou o debate e permitiu repensar as noções de homem, mulher, papeis de gênero, performance, identidades e todo o complexo de compreensões que são abarcados pela categoria do gênero enquanto instrumento de análise que direciona a discussão desde as diferenças socioeconômicas entre homem e mulher que tentaram justificar as relações de poder, até denunciar a categoria binária do gênero.

Assim, a compreensão de gênero sai do domínio das ciências biológicas que até então compreende a ideia de gênero como sexo que é concebido como fato biológico determinado pela anatomia e passa a ser um objeto das ciências humanas. Para Loguercio e Sobral (2021) no âmbito do ensino tem sido atribuída a responsabilidade da educação sobre sexualidade e o corpo às matérias de ciências biológicas com abordagens limitadas ao funcionamento fisiológico, anatomia e funções de reprodução que estão inseridas na logica binária do masculino e feminino que tratam o corpo esvaziado de sentido social e político o que reforça a reprodução da cis-heteronormatividade.

Essa abordagem restrita sem uma discussão de caráter sócio-político existe porque é necessária a manutenção das relações de poder de classes dominantes na tentativa de solidificar as instituições que regulam os corpos, as sexualidades e as manifestações das diversidades, assim, justificando as contradições sociais que atravessam classe, raça e gênero que causam as opressões e violências ainda que silenciosas e veladas.

Para Bonfim (2023) a expressão *queer* inicialmente era utilizada como termo pejorativo para as pessoas cuja sexualidade, performance social e expressão de gênero eram contrárias à heteronormatividade. No entanto, mesmo diante desse contexto desfavorável e de opressão, o termo *queer* é ressignificado e se torna um mecanismo de reivindicação social e política de pessoas não-hetenormativas pela afirmação do direito dos corpos dissidentes contra a hegemonia cultural cis-heteronormativa que dão força para que se expressem sem caber na lógica preconizada do binarismo e da normatividade. Sem dúvidas a Teoria *Queer* contribui significativamente para a desestabilização do determinismo biológico que incide no gênero e abriu caminhos para a análise de gênero através do construtivismo cultural.

Se por um lado as ideias mais clássicas pós-estruturalistas de gênero questionam a determinação biológica, por outro lado, em algum momento, equivocadamente, afastam a natureza dos discursos sociais. No entanto, sexo e natureza mesmo numa análise biológica determinista não adquirem seus significados fora do contexto cultural e isto fica bem nítido quando remontamos que na história antiga clássica e no período do renascimento, entre os corpos femininos e masculinos as semelhanças eram mais importantes que a diferença, chegando ao ponto de ser considerado um sexo só. (Souza, 2023).

A intersexualidade e a transexualidade questionam a concepção binária do sexo e gênero, e aqui damos destaque para a intersexualidade que questiona a compressão de um corpo com determinado gênero comportar duas compreensões biológicas sexuais: feminino e masculino. Para Butler (2003) até mesmo a heterossexualidade e homossexualidade têm seus marcadores influenciadas pelas formas corporais, mas principalmente, o heterossexismo é a matriz pela qual as identidades e performances serão embasadas, ou seja, o binômio do gênero somado ao heterossexismo organizam todos os significados e corpos e mais do que isso, em qual corpo irá habitar determinado significado. É evidente então, que essa movimentação é mostrar que a matriz heterossexual exige que um corpo seja preenchido por um gênero e este gênero pertença a anatomia corpórea do sexo sob a expectativa da estabilidade e coerência dos corpos baseado no determinismo biológico.

Na perspectiva de Davis (2016) a polarização da sociedade parece contrapor naturalmente inserindo os agentes sociais e até mesmo as coisas em dois polos: o bem e o mal, o branco e o preto, o masculino e o feminino. Mais natural ainda sob essa

perspectiva binária e colocá-los em destinações utilizando da hierarquia, como se fosse uma regra a supressão de um em prol do outro. Fica evidente então a dificuldade humana em estar num sistema não-binário ou de inúmeras possibilidades, pois a ideia da diversidade parece contrariar todo um sistema de simetria em que se apoiam em problemáticas de gênero, raça e classe.

Políticas públicas e gênero: um (des)encontro

Na organização social, a política se constitui como um de seus pilares fundamentais, expressando as relações de poder, plano de fundo principal da formulação de diretrizes que orientam a estruturação do Estado e da sociedade. No âmbito das políticas públicas, a política assume um caráter instrumental, servindo como meio para a implementação de ações governamentais destinadas à resolução de problemas coletivos. Dentre essas políticas, as educacionais e as voltadas para a equidade de gênero desempenham papel central na promoção da justiça social e da inclusão.

Diferentes concepções teóricas buscaram definir o significado e alcance de política, destacando-se, a referência paradigmática que foi a contribuição marxista. Karl Marx compreendia a política como uma expressão da luta de classes, ou seja, um reflexo dos conflitos entre grupos sociais com interesses opostos (Engels e Marx, 1999).

Mesmo que seja um comitê de gerenciamento da burguesia, o Estado burguês poderia conceder direitos, o que configura um avanço no sentido da emancipação política. Vale lembrar que, conforme os marxistas, estas conquistas não substituem a necessidade da emancipação social - que se constitui no fim da exploração viabilizada pela democracia burguesa (Marx, 2010). Evidencia-se, ainda, que a política no capitalismo, serve para manter a separação entre a vida pública e privada, garantindo a dominação burguesa. Assim, a política, em sua essência, é um reflexo dos interesses econômicos e sociais em disputa dentro de um determinado período histórico.

Partindo deste enquadramento teórico, pode-se entender o ambiente político brasileiro que permitiu a criação e consolidação de políticas públicas, conforme Silva (2012). Em primeiro lugar, a redemocratização após duas décadas de regime militar no Brasil (1964-1984) e o retorno ao Estado Democrático de Direito possibilitou a legalização, a reestruturação e a atuação efetiva de diversos grupos e movimentos sociais sobre as necessidades da sociedade civil. Em segundo, a promulgação da Constituição

Federal de 1988 consolidou uma ampla gama de direitos sociais e estabeleceu a democracia como um princípio fundamental da ação política no país. Assim, as políticas surgem como diretrizes, programas e ações governamentais que visam atender demandas da sociedade e solucionar estes problemas coletivos.

Formuladas a partir da interação entre Estado e sociedade civil, as políticas públicas podem envolver diferentes atores, como governos, empresas e organizações não governamentais. Sonia Draibe (1993) define políticas públicas como o conjunto de intervenções do Estado em resposta a desafios sociais e econômicos. Dentro deste escopo, as políticas públicas podem ser classificadas em diversas áreas, como educação, saúde, habitação, segurança e assistência social e seu sucesso depende da sua capacidade de planejamento, financiamento e execução eficaz, considerando as necessidades e particularidades de diferentes grupos sociais.

Em conformidade com Dye (2012), políticas públicas não são apenas ações governamentais explícitas, mas também as omissões ou decisões de não agir em determinadas áreas. Isto incorre no destacamento do papel central do governo na definição e execução das políticas, sugerindo que o Estado detém a autoridade exclusiva para moldar, criar ou até se abster de implementar políticas, conforme seus interesses ou limitações. É importante salientar que, mesmo que a agência da sociedade civil ou das instituições privadas tenham se ampliado desde os anos de 1980, a maior responsabilidade da criação, manutenção e formulação destas ações são do aparato público, o Estado (Rossini; Rotta; Borkovski, 2019).

Para falar sobre políticas públicas no Brasil neoliberal, é fundamental debatermos a descentralização e modificação do modelo de bem-estar social no país. Conforme apontamentos do relatório sobre políticas públicas da Comissão Econômica para a América Latina, Draibe (1993) aponta num momento em que se reafirmava a participação civil e de movimentos sociais numa direção de reforço da cidadania, o modelo de base meritocrática e particularista foi sendo substituído por um modelo mais institucional e redistributivo, voltado para uma maior igualdade social, similar aos padrões social-democratas.

Nesse movimento pós ditadura militar fascista no Brasil, a busca de maior igualdade social passou a ser associada a políticas públicas mais seletivas, direcionadas especificamente aos grupos mais carentes da população, ao invés de políticas universalistas que beneficiam a todos de maneira igualitária. Num ajuste do *Welfare State*,

a ideia central que emerge é a necessidade de adaptar o sistema de bem-estar social a uma realidade de grandes desigualdades sociais. Embora o modelo tradicional de universalidade (dar direitos a todos igualmente) tenha sido uma característica forte do *Welfare State*, a realidade brasileira de extrema desigualdade exigiu uma abordagem na qual o Estado foca suas políticas em dar mais a quem tem menos, tratando as desigualdades sociais de maneira direcionada, de forma a atingir os grupos mais necessitados, ao invés de simplesmente expandir os benefícios para toda a população de forma igual.

No que se refere às políticas públicas educacionais, definem-se por aquelas voltadas para a estruturação e melhoria do sistema de ensino. No Brasil, essas políticas têm sido historicamente voltadas para a democratização do acesso à educação básica e superior, a qualificação docente, o financiamento da educação e a garantia de qualidade no ensino. Exemplos incluem o Plano Nacional de Educação (PNE), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Essas políticas buscam não apenas expandir o acesso à educação, mas também combater desigualdades regionais e sociais dentro do sistema de ensino.

O supracitado relatório da CEPAL (1993) exemplifica o modelo de base meritocrática e particularista pelo sistema educacional brasileiro antes das reformas. O acesso à educação era, de forma geral, determinado pela posição socioeconômica e pela capacidade de contribuição familiar; realidade evidente nas estatísticas de que, em 1991, 50% dos alunos das universidades públicas eram de famílias da faixa de renda acima de 10 salários mínimos, enquanto que na faixa de até 1 salário mínimo esta participação era de apenas 1%.

Assim, no modelo meritocrático, o sistema favorecia aqueles que, por exemplo, podiam pagar por escolas particulares ou que estavam em condições de concorrer às vagas de ensino superior através de exames de ingresso altamente seletivos (como vestibulares), que exigiam preparações particulares, normalmente de melhor qualidade, que excluíam os mais pobres. Em contrapartida, um modelo diametralmente oposto a este seria o universalista, no qual o Estado garante acesso igualitário à educação de qualidade para todos, independentemente de sua origem social, através, a exemplo, da adoção completa do livre acesso às universidades públicas e do fim do vestibular.

No que se refere ao gênero, o caminho até seu conceito pode ser árduo, isto porque

ocorre um movimento dentro de alguns grupos feministas que consideram que a desconstrução do entendimento do gênero como binário é violar a noção da corporeidade do feminino, tanto na matéria quanto no simbólico e afastar as lutas políticas específicas das mulheres (Souza, 2023). Se por um lado existe alguma movimentação em prol da reivindicação da expressão da sexualidade feminina, há movimentos que defendem a transgressão, principalmente no contexto em que acabam com as restrições heterossexuais, posto que gênero é linguagem, é discursivo, a tal ponto que voltamos retornamos no debate da categoria sexo para afirmar que sexo é mecanismo político e concebe a sociedade como heterossexual.

Joan Scott (1995), uma das principais teóricas do conceito, argumenta que o gênero é um elemento fundamental das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e um meio primário de significar relações de poder. Ao contrário do sexo, que está relacionado às diferenças biológicas, o gênero é uma construção histórica e cultural, variando conforme o tempo e a sociedade.

Conforme assevera Scott (1995), em "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", até então o termo gênero ou homem/mulher teria sido utilizado na literatura europeia como função de jogo de palavras e significados ou puramente para realçar as características de alguém. No entanto, o movimento feminista estadunidense significou o termo gênero como uma divisão e/ou organização social da relação entre homem e mulher destacando as diferenças sociais com base no sexo.

Ao rejeitar a palavra sexo, afasta-se o determinismo biológico e concentra o estudo das mulheres de forma mais ampla, com isso o termo gênero nos leva para uma compreensão do homem e da mulher em sua totalidade não podendo estuda-los de forma separada devendo haver um interesse igual entre o processo histórico de ambos. O processo de compreensão dos significados de sexo em diferentes dinâmicas sociais e períodos, era uma premissa indispensável para entender a ordem social justificada sob os papéis atribuídos aos homens e mulheres, além de que ao inscrever a mulher na história das sociedades altera completamente as concepções tradicionais do que é ser mulher. À medida que se inclui a história das mulheres e suas experiências, desenvolve-se o conceito de Joan Scott (1995) do gênero como uma categoria útil de análise histórica.

Scott (1995) assinala também que durante esse processo de entendimento da categoria gênero ficou perceptível que raça, gênero e classe estavam intrínsecos, mesmo que não tenham significados equivalentes. Apesar de constatar que não existe um

consenso no conceito de classe, reconhece que a análise proposta por Marx é coerente e avançou de maneira satisfatória historicamente. Para Joan Scott (1995) a coerência de conceitos não pode ser encontrada para raça e gênero, o que não significa que este fato seja ignorado, pelo contrário, ao reconhecer essas falhas no processo de narração da história das mulheres, nos leva a reconhecer o gênero como uma categoria analítica útil.

Os estudos mais recentes das teorias de gênero, colocam o termo como sinônimo para mulher com o objetivo de obter valor político nessa seara das pesquisas. Ainda sob os escritos de Scott (1995) a historiadora evidencia que essa equiparação entre gênero e mulher é um feito comum no campo das ciências sociais, que neste caso, afasta o caráter político do uso da palavra gênero buscando uma maior credibilidade científica o que acaba por gerar uma reivindicação menos política e mais acadêmica principalmente nos estudos feministas dos anos 80.

Outro uso constatado para a palavra gênero além da equiparação ao termo mulher é que o estudo da mulher implica no estudo do homem, se equivalendo do fato de que um pertence ao mundo do outro, tornando impossível separar as esferas ideológicas. Em outro sentido, o termo gênero também é utilizado para designar as relações sociais entre homens e mulheres, rejeitando de maneira explícita as justificativas das ciências biológicas que encontram uma explicação comum para a submissão feminina.

O termo gênero nesse contexto das relações sociais indica as construções sociais em torno do imaginário dos papéis que são designados socialmente validados pela anatomia corpórea dos sexos. Fato é que o termo gênero e seus conceitos têm sido utilizado de maneiras diversas, funcionalistas ou não, de acordo com a área de atuação, pelo sujeito, pelo teor político e pelo poder, mas em hipótese alguma deve ser determinando pelo sexo tampouco a sexualidade.

Dessa maneira, para Scott (1995) o termo gênero deve dispensar as teorias essencialistas e biológicas, sendo I) um constructo social sob efeito das mudanças sociais e seu contexto; II) o gênero está ligado a discursos, portanto os significados de homem e mulher/masculino e feminino são produtos da linguagem; III) não há uma experiência universal entre mulheres, daí o porquê do da raça e da classe atravessarem o uso do termo e análise da categoria; IV) o gênero significa o poder e as relações sociais que estruturam uma determinada sociedade.

Referente às políticas públicas voltadas para a equidade de gênero, o Brasil tem avançado, especialmente a partir dos anos 2000, com a criação da Secretaria de Políticas

para as Mulheres (SPM) e a implementação de programas como a Lei Maria da Penha (2006), que combate a violência doméstica. Além disso, iniciativas como a amplificação do acesso à educação e mercado de trabalho para mulheres e a luta dos movimentos sociais por igualdade salarial entre os gêneros são exemplos de políticas direcionadas à redução das desigualdades de gênero.

Destacam-se ainda as políticas públicas para a população trans que têm sido lentamente implementadas, com algumas iniciativas voltadas para a inclusão no mercado de trabalho e no sistema educacional, como as vagas adicionais para pessoas trans. O reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans e travestis nos documentos civis também é outro avanço importante. Entretanto, os percalços persistem, como a baixa representação feminina na política, as disparidades salariais e a profunda violência contra a comunidade trans e travesti, sendo o Brasil um dos países com os maiores índices de violência contra pessoas trans no mundo (Brasil, 2025).

Assim, o avanço das políticas públicas referente à gênero e também à sexualidade depende, no contexto atual, da continuidade e ampliação de espaços coletivos que permitem nomear as diferentes violências e reivindicações que, a médio prazo, podem resultar em ações de Estado que “atendam aos requisitos de políticas públicas, quanto à suporte legal, previsão orçamentária, perenidade e controle social” (Mello, Brito e Maroja, 2012). Neste sentido, contribui-se para a conquista da emancipação política dessas comunidades marginalizadas, além do tensionamento da sociedade civil na luta pelo recuo das forças políticas conservadoras e reacionárias. No mais, através desta discussão, fica evidente a lacuna social da ausência do Estado referente à segurança, acessos e dignidade às mulheres e pessoas LGBTQIAPN+.

Ainda sobre as políticas públicas para indivíduos LGBTQIAPN+ apesar do avanço no judiciário em 2019, com a tipificação do crime de homofobia equiparado ao crime de racismo da Lei nº 7716/1989. Por decisão do STF, o crime de homofobia é punido como injúria racial sendo considerado um crime inafiançável e imprescritível.

Mello *et al.* (2012) observa que apesar dos espaços de deliberação entre governo e sociedade civil sobre políticas públicas a partir de 2004, há uma enorme dificuldade na execução dessas políticas, principalmente no que poderia garantir o combate a homofobia e promover a cidade de pessoas LGBTQIAPN+, isto ocorre por inúmeros motivos sendo eles a dificuldade na formulação das políticas públicas pela falta de indicadores e o alcance das metas estabelecidas.

Tem se constatado que a efetividade de qualquer política pública está diretamente relacionada ao inesgotável diálogo com a população, formuladores e implementadores, principalmente na avaliação para possíveis reformulações para que se necessário sejam readequadas e tenham eficácia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB localizada da cidade de Vitória da Conquista é uma instituição de ensino superior *multicampi* presente em três cidades da Bahia: Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga e atualmente o campus de Vitória da Conquista oferta 21 cursos contemplando mais de 5 mil alunos no campus. Sob a égide da diversidade de alunos no que tange os níveis socioeconômicos, em 2018 através de uma resolução de ações afirmativas do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - Consepe, foi implementado o Programa de Assistência Estudantil – PRAE que busca oferecer condições de acesso e permanência aos estudantes de graduação que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Através dos dados disponibilizados pela Secretaria Geral de Cursos - SGC e pela Pró-Reitoria de Ações afirmativas, assistência e permanência estudantil – PROAPA, em 2024, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, no campus de Vitória da Conquista no ano de 2024 o que se desenhou é que o corpo discente da graduação composto por cerca de 4527 alunos - na época do levantamento - apenas 210 alunos eram contemplados pelo Programa de Ações afirmativas de Assistência e Permanência estudantil - PRAE, representando um percentual de apenas 4,6%.

De acordo com os dados cedidos pela Secretaria Geral de Cursos, em 2024, três alunos puderam acessar o ensino superior pelas vagas adicionais para pessoas trans e travestis; um aluno acessou a universidade pela vaga adicional reservada a indígena; 11 alunos com vaga adicional para quilombolas; 10 alunos pelas vagas adicionais para pessoas com deficiência; 338 alunos por cota social e 253 por cota étnico-racial. Nesse ponto fica evidente que apesar da Resolução do Consepe nº 50/2023 nos seus Arts. 1 e 2 que prorrogam a vigência dos programas de Assistência e Permanência da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, além de instituir vagas por cota adicional às pessoas trans e travestis reconhecendo a vulnerabilidade social desse grupo e a necessidade de inclusão, a instituição tem negligenciado as diversas esferas das vulnerabilidades que podem ser sociais, econômicas, existenciais, dentre outras.

Mesmo com os dados obtidos ainda prevalece uma grande lacuna sobre os dados socioeconômicos, raça/cor dos indivíduos que utilizaram as vagas adicionais para pessoas trans e travestis e a sua necessidade de acessar as políticas de Assistência e Permanência Estudantil através das ações afirmativas da própria instituição como o PRAE.

Dentre os poucos dados fornecidos pela instituição, constata-se o uso de nome social de maneira formal de 11 alunos, mas ainda sem outros marcadores referentes a raça/cor e situação socioeconômica desses estudantes. O que se conclui é que apesar da Resolução do Consepe nº 50 de 2023 que garante a entrada de pessoas trans e travestis, a instituição não tem buscado mapear e cruzar dados que possibilitem formular um perfil dos estudantes e pensar em Políticas Públicas que contemplem este grupo, além de viabilizar a ampliação e/ou reformulação das políticas sociais e educacionais a partir deste levantamento. Para além do que foi apontado anteriormente, percebe-se que pela falta de um mapeamento sobre o corpo estudantil, também não é possível no momento obter um alcance sobre os dados dos estudantes que já se identificavam como pessoas trans e travestis antes da Resolução do Consepe nº 50/2023, e como esses alunos podem ter acesso as Políticas de Assistência e Permanência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perceber o mundo em categorias que excluem a diversidade que estão além do par, acabam por criar e reforçar ações e posturas de violência. Questionar categorias naturalizadas é um passo indispensável na subversão das normas de gênero que naturalizam o sexo como um eixo de organização social.

Compreender o gênero como uma construção social não fazendo a separação da cultura e natureza, foi um grande avanço para desfazer a teoria do determinismo biológico e as compreensões ultrapassadas entre sexo e corpo, no ponto em que um corpo deve carregar o sexo (do ponto de vista biológico) determinado pelo nascimento, e mais do que isso, o corpo limitado a apenas um gênero.

Neste trabalho, as teorias utilizadas para compreender o gênero foram da perspectiva do feminismo negro desenvolvido por Lélia Gonzalez sob a ótica da interseccionalidade entre gênero, raça e classe, a Joan Scott aduzindo o gênero como uma categoria análitica de cunho historico. Por fim, a teoria de Judith Butler do gênero para

além da binariedade e a lógica heteronormativa, de organização social também fez parte deste aporte teórico.

Apesar das abordagens distintas, as três autoras convergem ao compreender o gênero como um constructo social. Para Lélia Gonzalez, o gênero é atravessado pelas desigualdades raciais e sociais, posto que o gênero sob a perspectiva da autora é uma determinamente na opressão das mulheres negras. Isso nos ajuda a compreender o gênero sob a ótica da pluralidade das mulheres em suas diversas identidades, contranpondo diretamente as teorias tradicionais feministas como as essencialistas.

Para Scott, o gênero tem uma centralidade nas relações de poder que justificam a opressão, por isso o gênero aparece como uma categoria de análise que aprofunda o debate do poder na história. Por fim, Judith Butler formula o gênero como uma norma de organização social heterossexista, masculina e cis-gênero que deve ser desestabilizada.

Partindo desses presupostos, entendemos que o avanço das políticas públicas que abarquem questões referentes à gênero e sexualidade, requer um compromisso de suporte legal, previsão orçamentária, continuidade e controle social dos dados e das condições de acesso e permanência, no que tange a educação superior. A falta de um mapeamento detalhado que possibilite cruzar os dados sobre o corpo discente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) é um reflexo das várias lacunas, sejam elas acadêmicas ou na formulação de políticas públicas que oportunizam entender as vulnerabilidades dos individuos LGBTQIAPN+, e como elas podem ser acentuadas em espaços institucionalizados como a universidade.

Apesar do avanço da Resolução do Consepe nº 50/2023, ao instituir vagas adicionais para pessoas trans e travestis, torna-se evidente que existe um distanciamento entre a produção acadêmica no campo do gênero e a formulação e aplicação de Políticas Públicas específicas para individuos LGBTQIAPN+, entendendo que as vulnerabilidades apesar de não homogêneas, podem inviabilizar tanto o acesso quanto a permanência desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Com 105 mortes em 2024, Brasil é o país que mais mata pessoas trans.** Agência Brasil, 19 jan. 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-01/com-105-mortes-em-2024-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans. Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.** Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 jan. 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 26 mar. 2025.

BOMFIM, Rainer. **Seguridade social e desestabilização do sujeito epistêmico pela teoria queer: uma proposta expansiva para a proteção da transição de gênero pela Assistência Social.** Revista Direito e Práxis, [S. l.], v. 15, n. 3, 2023. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/69994. Acesso em: 2 jul. 2024.

BUTLER. Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DYE, Thomas. **Políticas Públicas**. São Paulo: Editora Cengage Learning. 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DRAIBE, Sônia Miriam. Brasil: O Sistema de Proteção Social e suas Transformações recentes. **Série Reformas de Políticas Públicas**, nº 14, Santiago: Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL), 1993.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

FILHO, Antoniel dos Santos; SANTOS, Cicero Edinaldo dos; SILVA, Lielton Maia. Sexo, Gênero, Sexualidade: Via(da)gens* em Conceitos. **Id onLine Revista de Psicologia**, v.10, n. 33., Janeiro/2017 - ISSN 1981-1179 Edição eletrônica emhttp://idonline.emnuvens.com.br/id. Acesso em: 24 mar. 2025.

GONZALEZ, Lélia**. Por um feminismo afro-latino-americano**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 417-437.

LOGUÉRCIO, Rochele Quadros; SOBRAL, Priscylla Helena Alencar Falcão. **LGBTfobia, evasão no ensino e implicações com a educação em ciências.** In: XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC), 13., 2021, Caldas Novas, Goiás. Anais… Caldas Novas.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. In: CURIEL, Ochy; MORENO, Renata (orgs.). **Gênero e colonialidade: em debate.** São Paulo: Editora Autêntica, 2014.

MARX, Karl. **A Questão Judaica**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, n. 39, p. 403–429, jul. 2012.

MISKOLCI, Richard. **A teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização.** Sociologias, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças. **Série Cadernos da Diversidade**, v. 6, 2. Ed. Belo Horizonte, 2012.

ROSSINI, Edson Luiz; ROTTA, Alexandre Henrique; BORKOVSKI, Marlon Ricardo. **Ações afirmativas e o princípio da igualdade no Estado Democrático de Direito.** Curitiba: Juruá, 2019.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, SANDRO PEREIRA. **A abordagem territorial no planejamento de políticas públicas e os desafios para uma nova relação entre Estado e sociedade no Brasil.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 17, n. 60, Jan./Jun. 2012.

SOUZA, Lívia Barbosa Pacheco. Os corpos do sistema sexo/gênero: Contribuições teóricas de Judith Butler. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, nº 3, p. 1409–1423, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i3.8950. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8950. Acesso em: 24 mar. 2025.

VEIGA, Ana Maria. **Fraturando o locus: a influência de María Lugones no Brasil.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 30, n. 1, e85049, 2022.